



Acordo Coletivo de Trabalho 2008/2009 foi assinado e já é válido

Foi assinado, no dia 16 de outubro, o Acordo Coletivo de Trabalho 2008/2009, após aprovação pela maioria absoluta dos sindicatos que compõe a Federação.

Vale ressaltar que até o último minuto a comissão da empresa tentou colocar no acordo termos que implicavam na aceitação do PCCS implantado unilateralmente pela ECT mas que, pelo acordo homologado pelo TST, deve ser rediscutido. A comissão da empresa tentou impor a figura do Agente de Correios, descaracterizando os cargos de Carteiro, OTT, Motorista, Atendente Comercial e Motorizado. Tentou também implementar sua nova visão de Tabela Salarial, que passa de RS 01 a 65 para NM 01 a 60, criando duas carreiras distintas. Quanto ao Adicional para os OTT's não definia garantias de critérios, forma de reajuste e se esse adicional era definitivo.

Com a negação do Comando de Negociação dos Trabalhadores em aceitar esses termos no Acordo Coletivo a empresa recuou, retirando-os do texto. Dessa forma chegou-se à uma proposta que foi encaminhada para aprovação das assembléias gerais dos trabalhadores.

Aprovamos, em assembléia, o Acordo Coletivo. Mas o estado de greve está mantido em nível nacional por conta das negociações do PCCS, que precisam avançar, e muito, para atender os anseios dos trabalhadores.

No próximo dia 29/10 teremos assembléia para debater essa questão.

O que o Acordo garante

O acordo estabeleceu reajuste linear (igual para todos) de 7,37% sobre os salários; adicional de R\$ 100,00 para os OTT's, vale-alimentação/refeição de R\$ 18,50, de agosto a dezembro/08; vale-alimentação/refeição de R\$ 20,00, a partir de janeiro/09; vale-cesta-básica de R\$ 110,00; reembolso-creche de R\$ 335,07; auxílio para filhos dependentes portadores de necessidades especiais de R\$ 531,85; crédito extra no vale-alimentação/refeição, em dezembro/08, de R\$ 425,50 e a implantação imediata da licença maternidade de seis meses. Todas as demais cláusulas do acordo passado foram mantidas.



O que está pegando na questão do PCCS?

Termo de Oposição ao PCCS é arma para debate no TST. Prazo é até o dia 25

A Federação (Fentect) alerta mais uma vez que o Termo de Oposição ao PCCS deve ser entregue até o dia 25 de outubro. Este termo é uma peça que poderá ser usada em juízo para mostrar que a empresa implantou o PCCS unilateralmente, sem a concordância do trabalhador. Como na última greve o TST (Tribunal Superior do Trabalho) determinou que o PCCS fosse rediscutido, inclusive com a interveniência daquele tribunal ser for o caso, o Termo de Oposição também será usado no Supremo caso não se chegue à um novo PCCS de forma consensual.

Ainda que alguns fiquem em dúvida quanto a eficácia do mesmo quanto a ser uma peça jurídica, não resta dúvida que milhares deles levados ao TST por ocasião do julgamento, se lá chegarmos, daria um impacto quanto a falácia da ECT sobre efetiva negociação, desmentindo-a.

Editorial

Encerramos mais uma Campanha Salarial com a assinatura de um acordo que podemos considerar razoável na medida em que reajusta os salários e benefícios, garante o adicional para os OTT's, garante a licença maternidade por seis meses, mantendo as demais cláusulas do acordo passado.

A comissão de negociação da ECT ainda tentou introduzir no novo PCCS no acordo, mas conseguimos retirar qualquer referência neste sentido.

Agora o debate sobre o PCCS continua, cabendo à categoria estudar a fundo essa questão que afetará o futuro de todos dentro da empresa, não aceitando imposições por parte da ECT.

Por outro lado continua na agenda sindical a questão das franquias x correios público, onde recentemente tivemos o exemplo da Agência Filatélica em Campo Grande, fechada por ação judicial de uma franqueada.

A "reestruturação" da ECT também volta à tona, com declarações do ministro Hélio Costa sobre a venda de ações dos Correios e a criação de outra empresa para o transporte e logística.

O movimento sindical está acompanhando essas questões, sempre na defesa de uma ECT Pública e de Qualidade, com funcionários valorizados!

Expediente

Correio Sindical é uma publicação do SINTECT-MS (Sindicato dos Trabalhadores nos Correios, Telégrafos e Similares de Mato Grosso do Sul).

Sede Própria: Rua General Sampaio, 180, Bairro Cabreúva.

Fone: (67) 3042- 8752 ou 3042-8753

Sub-Sede Dourados: Rua Major Capilé, 2.710-B

Fone: 3427-3402

Email: sintectms@terra.com.br

Reestruturação dos Correios

Hélio Costa volta a falar em "reestruturação da ECT"

O ministro das Comunicações, Hélio Costa, voltou a falar sobre a "abertura de capital da ECT", ou seja a venda de ações da estatal. A idéia é financiar o processo de reestruturação da empresa com a abertura do capital. Para tentar "fisgar" movimento sindical, ele fala agora em vender ações dos Correios para os trabalhadores. Não foi cogitado o uso do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) nestas operações. O ministro enfatizou que "essa é uma das hipóteses em estudo". Segundo ele, o modelo da venda das ações ao mercado seria semelhante ao da Petrobras ou do que se pretende realizar na Infraero. "Venderíamos ações, mas o governo continuaria no controle", disse. A reestruturação dos Correios foi um dos principais assuntos discutidos por Costa em reunião com o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

O ministro das Comunicações foi pedir apoio à sua proposta de criar uma subsidiária dos Correios voltada para serviços de logística, principalmente na área de entrega de encomendas. "O ministro Mantega ficou entusiasmado. Acho que ganhamos um importante aliado para essa proposta", disse.

Costa disse também que técnicos do governo, inclusive do Ministério da Fazenda, farão uma "análise detalhada" de toda a operação do Banco Postal - serviço bancário realizado por meio de uma parceria entre a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) e o Bradesco. O ministro voltou a dizer que pretende fazer uma revisão da estrutura do serviço. Ele, porém, negou que isso signifique que a ECT vai romper o acordo com o Bradesco. "Não disse que vamos romper com o Bradesco. Estamos falando da reestruturação dos serviços. É evidente que o Bradesco vai ser chamado para reestudar o acordo.

Medida depende de aval - Hélio Costa, afirmou que a possibilidade de participação do capital privado nos Correios só ocorreria com a manutenção do controle pela estatal. Qualquer que seja a alternativa, esta terá que passar pelo crivo do Ministério da Fazenda e, mais do que isso, a aprovação do presidente da República. Para Costa, o ministro da Fazenda ficou "muito entusiasmado" com a proposta de modernização dos Correios. Guido Mantega, no entanto, evitou falar sobre o assunto.

Essa armadilha é velha, nós já conhecemos. A tática é vender a ilusão para os trabalhadores, de que seriam "donos" da Empresa. Com isso, desarmam a categoria para lutar contra a privatização dos Correios. Não podemos cair nesta armadilha.

Curta

Vagabundo

Certo gestor disse outro dia no seu local de trabalho que os trabalhadores que comparecem às assembleias são todos vagabundos. Ele devia ser coerente e abrir mão de todas as vantagens garantidas pelo Acordo Coletivo de Trabalho. Não, caro gestor, trabalhador que comparece à assembleia é porque tem consciência, não é passivo e sabe que só a organização trás conquista. Vagabundos são aqueles que vivem às custas das lutas dos outros, auferindo reajustes nos salários e benefícios sem nada fazer para isso.

O tal gestor tem cargo de confiança. Resta saber se o que ele disse é também extensivo ao diretor regional, que, como se sabe, foi secretário-geral e presidente do Sintect-MS, tendo participado de inúmeras assembleias...

Assistencial

No mês de novembro teremos o Desconto Assistencial, aprovado na assembleia geral do dia 14 de outubro.

A finalidade desse recurso é para os trabalhos assistenciais do sindicato, como a Assistência Jurídica gratuita, transporte de associados para tratamento de saúde, alojamento na sede do sindicato para associados do interior, etc.

Também visa cobrir gastos com Campanhas Salariais e outras mobilizações da categoria, como pelo Adicional, PCCS, PLR, etc.

Os requerimentos cancelando os descontos deverão ser manuscritos pelo próprio autor e entregues no sindicato.



Informe da Comissão do PCCS

O que está pegando na negociação do PCCS?

Nas rodadas de negociação realizadas nesta semana, a representação da ECT informou que pretende encerrar as tratativas do PCCS no dia 24 de outubro de 2008. Assim, pretende no dia 23 (próxima quinta) apresentar resposta da ECT sobre todos os assuntos pendentes e no dia seguinte, 24/10, apresentará seu pacote fechado do PCCS.

Depois da greve de julho, na primeira reunião entre a representação dos trabalhadores e da ECT, ocorrida no dia 07 de agosto de 2008, nós pautamos diversos temas para serem desenvolvidos na mesa de negociação. Veja abaixo um resumo do que está sendo debatido e as nossas divergências com o plano da ECT.

Correção das distorções da implantação e não aplicação do PCCS de 1995

Os dirigentes não se dispõem a negociar nada das distorções da implantação e não aplicação do PCCS/95, pois segundo eles não é tema do PCCS/2008. Nós apresentamos todas as distorções desde a questão do enquadramento funcional e salarial, como a não aplicação das promoções por tempo de serviço e merecimento, que prejudicou milhares de companheiros. Sem a correção destas e outras distorções, o novo PCCS já nasce fazendo injustiça.

Apresentação do PCCS/2008 da ECT

Devido à política deliberada pela empresa de enrolar o processo negocial, este tema sequer foi debatido.

O subsistema de princípios e orientações técnicas

Mesmo que este ponto não tenha sido aberto formalmente, por uma política deliberada pela ECT de validar seu PCCS/2008 com cargo amplo, a Comissão dos Trabalhadores, a todo momento, deixou muito claro para a empresa que os princípios que norteiam o PCCS dos Trabalhadores é os Correios como uma instituição pública de qualidade com a afirmação do monopólio postal, instituindo uma carreira com a preservação da natureza ocupacional dos cargos e combatendo firmemente o cargo amplo.

Subsistema de cargos e carreira (RI, Matriz de desenvolvimento, Perfil de Cargos e outros);

Este foi o ponto mais discutido, pois trata do subsistema que ordena o cargo amplo da ECT (Agente de Correios) desdobrado em 4 atividades: distribuição e coleta, tratamento, comercial e suporte. Suprimiram o transporte e as descrições desta atividade com a passagem de uma atividade para outra, por meio de RI, sem que a empresa mudasse em nada sua proposta original.

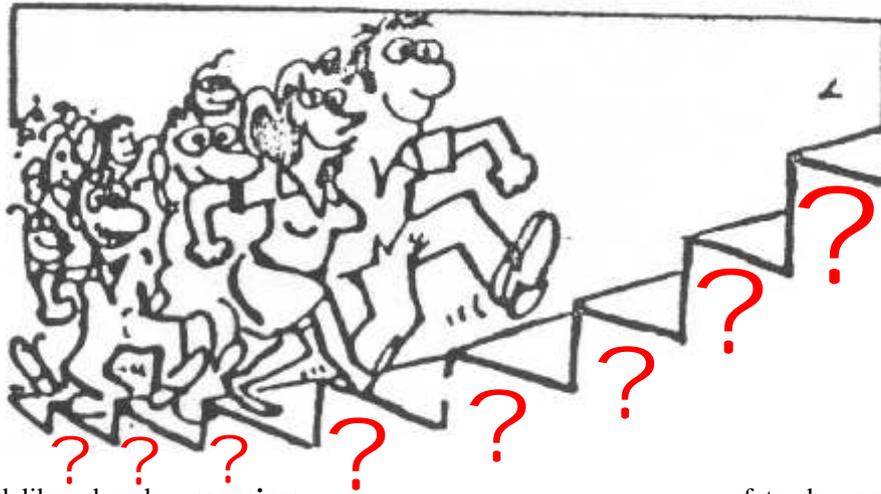
Defendemos uma arquitetura com 5

cargos: Agente de Correios em Atendimento Comercial; Agente de Correios de Tratamento; Agente de Correios de Transporte; Agente de Correios de Distribuição; e Agente de Correios de Suporte de Correios e Telégrafos. Em cada um destes cargos há uma série de especialidades, como: Carteiro, OTT, Atendente e Motoristas, com descrição de cada uma destas especialidades de forma bastante clara sem que se permita o desvio de função. Permitindo a movimentação horizontal somente por reabilitação profissional por acidente ou doença do trabalho.

Subsistema de remuneração

A empresa está enrolando para não debater Tabela Salarial, Piso Salarial, Isonomia, Gratificação de Função, Remuneração Singular ou qualquer outra questão de caráter salarial. A comissão dos trabalhadores apresentou todas as propostas dos trabalhadores, como o piso de R\$ 1.190,00, Tabela Salarial aprovada nos fóruns da categoria, assim como o fim da Remuneração Singular.

Subsistema de desenvolvimento nas



carreiras

Na proposta de carreira da ECT o grande diferencial é a possibilidade do Carteiro passar para Atendente ou OTT, ou seja, movimentação Horizontal. Neste ponto, a ECT apresentou uma proposta de RI totalmente subjetivo e controlado pela empresa de tal modo que só passarão neste RI os trabalhadores que a empresa desejar.

Nossa proposta tem como base a progressão vertical, de modo a permitir que os companheiros dos cargos de nível base (carteiro, OTT, motorista, atendentes) possam chegar a Administrador Postal. Quanto ao RI nós, ao contrário da empresa, apresentamos uma proposta de RI com provas objetivas e realizado por instituição de notória especialização sem nenhuma interferência da ECT em seu resultado.

O enquadramento funcional e salarial

A proposta de enquadramento funcional e salarial feita pela ECT só gerou o aumento das atribuições das tarefas com a implantação do cargo amplo e não gerou nenhum aumento

salarial. Nós queremos que o enquadramento funcional mantenha a natureza ocupacional dos cargos e corrija as distorções salariais hoje existentes na empresa.

Atualização do Plano

A proposta da empresa é que a atualização do plano seja feita pela diretoria da ECT, de forma unilateral, inclusive por meio do MANPES.

Nós defendemos que a atualização do plano só possa ocorrer mediante acordo entre a representação da ECT e os trabalhadores.

Disposições gerais

A empresa aceitou apenas tirar o inciso 8.8.1, que trata da demissão por 2 avaliações de desempenho insuficiente. Nós estamos defendendo o fim do Banco de Horas, jornada por tempo parcial, jornada de horista e a vinculação do MANPES, GCR e Código de Ética do PCCS. Combatemos fortemente as premissas no PCCS que viabilizam a terceirização e precarização dos direitos.

Anexo com as descrições e especificações dos cargos

Devido à solicitação acordada entre as partes na mesa de negociação, ficou estabelecido que a ECT, juntamente com a Assessoria Técnica de PCCS da Federação, deverão efetuar alterações na redação das descrições de cargos. Foi efetuado nos dias 15, 16 e 17 deste mês, o trabalho em conjunto, considerando a experiência na redação de descrições de cargos, possuída pela assessoria técnica da Fentect. Entretanto, o trabalho em conjunto, em momento algum, significou consenso ou aprovação das descrições

efetuadas pela ECT; A ECT assumiu o compromisso de enviar o material construído para que possa ser analisado, contudo até o momento não foi enviado.

A assessoria técnica da Fentect conduzirá, junto à comissão de PCCS dos trabalhadores, análise técnica das descrições das duas partes, tão logo o material seja disponibilizado pela empresa, bem como a comissão irá tirar um encaminhamento sobre quais descrições ficaram no rol dos trabalhos, considerando ainda, que levará em conta todo o modelo da estrutura de cargos e carreiras entre as partes, que são diferentes.

Para nós, o determinante é deixar bem definido quais as tarefas de cada cargo de modo a impedir o cargo amplo e o desvio de função.

Orientação sobre como tratar o cartão de ponto com a consignação do cargo amplo

Colocamos aos companheiros que os cartões de ponto já estão sendo produzidos com base no PCCS/2008 da ECT, com cargo amplo Agente de Correios.

Franquias x Correios Público

AECT de Mato Grosso do Sul foi recentemente obrigada a fechar sua Agência Filatélica no Shopping Campo Grande, conforme pode ser visto na matéria publicada pelo Midiamax no dia 01/09/2008 (vejam a reprodução da matéria abaixo).

Tal fato é apenas mais um exemplo de uma “disputa de mercado” que está prejudicando os Correios Público, que é a ECT. É bom lembrar que essas franquias foram distribuídas em governos

passados (Collor e FHC) sem licitações e atendendo interesses de políticos locais, inclusive em nosso estado. O que houve na distribuição dessas franquias foi uma verdadeira “ação entre amigos”, ou em outras palavras “tráfico de influência”.

É bom lembrar também que a CPI dos Correios, no seu relatório final, demonstrou os prejuízos causados aos Correios e a ilegalidade e imoralidade de muitas

operações, como foi a transferência de contratos milionários da ECT para grandes franqueados em São Paulo com enormes prejuízos para os Correios.

É preciso por um fim à essa pouca vergonha. É preciso acabar com essa franquias criadas para acomodar interesses de políticos nos estados.

Não às franquias! Por um Correios Público e de Qualidade!

Juiz proíbe agência da ECT de concorrer com franquias

Por concorrência desleal com um franqueado, a Justiça Federal de 1ª Instância determinou que a Agência de Filatelia e Banco Postal da ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) no Shopping Campo Grande não ofereça os mesmos serviços que uma franqueada estabelecida no local desde 1994.

Segundo o advogado Luiz Henrique Volpe, constituído por Maria Lúcia de Souza, proprietária da loja ACEF Cristal Shopping, o juiz federal substituto Clorisvaldo Rodrigues dos Santos, da 1ª Vara Federal de Campo Grande, divulgou a sentença nesta segunda-feira (dia 1º), determinando que a ECT se abstenha de prestar serviços postais oferecidos pela franqueada, sob pena de multa diária no valor de R\$ 1 mil.

De acordo com o advogado, na cláusula contratual firmada entre a ECT para a franquias de Maria Lúcia de Souza, consta que a empresa de Correios somente poderia abrir estabelecimento semelhante com distância de um quilômetro. Todavia, o contrato foi ignorado em março de 2006, quando a ECT inaugurou sua

Agência de Filatelia e Banco Postal no Shopping.

“Além disso, provamos em juízo, que os Correios alteraram a forma de pagamento dos serviços, provocando o desequilíbrio financeiro da franqueada. Também ficou caracterizado que a prestação dos mesmos serviços diminuíram em 50% a clientela da ACEF Cristal Shopping”, explicou Luiz Henrique Volpe.

Conforme o contrato firmado em 1994, os termos ajustados entre as partes previa pagamento dos produtos somente ao final, após a venda deles e não previamente, como a ECT passou a determinar, desde que instalou sua Agência de Filatelia e Banco Postal no Shopping.

Na sentença, o juiz Clorisvaldo Rodrigues dos Santos, classifica como “concorrência desleal” e condena a ECT a pagar, inclusive, as custas e honorários advocatícios, fixando em 10% sobre o valor da causa.

De acordo com o advogado, a ECT agora será comunicada da decisão judicial, devendo tomar as

providências determinadas, mantendo o contrato anterior firmado com a franquias.

ECT vai recorrer

Nesta tarde, a assessoria de comunicação da ECT revelou que direção não recebeu a intimação com a decisão judicial e que tão logo isso ocorra, será acatada imediatamente. Todavia, esclareceu que o departamento jurídico da empresa pretende recorrer da decisão judicial, para tentar reverter a situação.

A assessoria explicou ainda que a instalação da Agência de Filatelia e Banco Postal só ocorreu, porque no contrato com a franquias está estabelecido que “preferencialmente uma agência teria que ter a distância de um quilômetro”. Só, que por ter como função específica de atendimento aos colecionadores de selos e o Banco Postal, serviços que não são executados pela franquias, a empresa optou pela instalação no Shopping.

(Matéria publicada no Midiamax em 01/09/2008, Reportagem de Jorge Franco)



Fotografia: Bruno Arce (Midiamax)

Agência da ECT no Shopping foi fechada por determinação judicial